

IBERISMO E NACIONALISMO
NO PENSAMENTO DE JOSÉ BARBOSA LEÃO

— *O Futuro de Portugal* visto do Porto em 1881*

Por **Maria da Conceição Meireles Pereira****

A 2.^a metade de oitocentos assistiu ao desenrolar de um aceso debate ideológico sobre os caminhos do futuro da nacionalidade, no qual pontificou a corrente iberista dialecticamente desencadeada por racionalidades supranacionais, envolvida num complexo xadrez peninsular e europeu.

Discurso eminentemente teórico, carente ora de franca implantação ora de confirmação histórica, o iberismo não foi todavia, longe disso, exclusivamente académico, pelo que suscitou uma vastíssima literatura apologética e de contestação, ou tão só analítica, produzida ao longo de várias décadas e derramada por diferentes géneros que vão da dissertação política à parenética, da historiografia à carta, da oratória à sátira, do opúsculo ao prefácio, da poesia ao drama, da canção à caricatura e, compreensivelmente mais frequentes, as intervenções na imprensa.

* Este texto, agora com algumas alterações, foi apresentado no Congresso *O Porto de Fim do Século (1880-1910)*, realizado no Ateneu Comercial do Porto, entre 31 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1991.

** Bolseira do I.N.I.C..

A prolixidade e variedade de testemunhos do iberismo apontam no sentido de que, após ter sido difundido por alguns sectores da intelectualidade peninsular por meados do século, se vai introduzindo no tecido ideológico-cultural da sociedade portuguesa, prefigurando algumas das suas projecções e aversões, assumindo diferentes representações, meio fantasma assombrador, meio sonho utópico doirado. Nas suas evoluções e involuções o iberismo agiu, na expressão de Pilar Vázquez Cuesta, como uma verdadeira arma política e dialéctica¹.

A polémica ibérica radica assim no vasto campo da história das ideias, como assinala o professor Fernando Catroga². O estudo das suas manifestações e interacções permitirá uma mais global intelecção deste complexo fenómeno cultural do Portugal oitocentista.

Um nome associado a esta problemática é o de José Barbosa Leão, médico natural do concelho de Paredes que obteve o grau de doutor em medicina na Bélgica e cuja notoriedade se repartiu nas funções de jornalista, deputado e administrador colonial, tendo ocupado os cargos de secretário geral de Moçambique e Angola, respectivamente nos últimos anos da década de 50 e primeiros da seguinte³.

A maior parte dos setenta anos da sua vida está ligada à defesa apaixonada daquilo que considerava serem os interesses nacionais, pelo que se envolveu denodadamente em questões de grande impacto na opinião pública do seu tempo, como as relações da Igreja com o Estado⁴, a boa administração do império nem que esta passasse pela alienação de algu-

¹ VAZQUEZ CUESTA, Pilar — *O espantinho ibérico como arma política no Portugal do século XIX*, in «Estética do Romantismo em Portugal», Lisboa, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, 1974, pp. 39-43.

² CATROGA, Fernando — *Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX*. «Revista Cultura: História e Filosofia», Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 4, pp. 419-463.

³ Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, GUILHERME — *Diccionario historico, biographico, bibliographico, heraldico, chorographico, numismatico e artistico*, vol. 2, Lisboa, João Ramos Torres Editor, 1906, pp. 106-107; *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopedia Limitada, p. 203; SILVA, Inocencio Francisco — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, t. 4, 1860, pp. 267-268 e t. 12, 1884, p. 253.

⁴ Nos inícios da década de oitenta, José Barbosa Leão sustentou uma polémica jornalística com outro ex-parlamentar, o conde de Samodães, contrariando o primeiro a defesa dos jesuítas apresentada pelo segundo.

mas colónias⁵, a reforma da ortografia no sentido sónico⁶, e ainda a união ibérica.

Esta é, aliás, a matéria principal do opúsculo *O Futuro de Portugal*, que publica no Porto em 1881, o qual constitui um verdadeiro testamento político, não só porque o autor já se encontra afastado dos múnus governativos e batalhas da imprensa, dedicando-se no remanso da sua terra natal à propaganda da ortografia sónica, mas também porque esse opúsculo constituído por escritos recusados três anos antes por diversos periódicos⁷, encerra o acrisolamento da sua doutrina iberista, vertida ao longo dos últimos trinta anos pelas páginas dos jornais de que fora colaborador.

Iniciou-se nesta temática no bissemanário *O Leiriense*, periódico administrativo literário e noticioso, cuja fundação partilhou com D. António da Costa Sousa Macedo e António Xavier Rodrigues Cordeiro, publicando entre Novembro e Dezembro de 1854 uma série de cinco artigos intitulados *A União Ibérica*⁸. Embora não faça qualquer

⁵ No 1.º aniversário da morte de Barbosa Leão, Rodrigues de Freitas recorda em *O Comércio do Porto* de 13 de Novembro de 1889: «Ainda me lembro do efeito que produziu na camara um discurso de Barbosa Leão, no qual discordava das ideias communs ácerca das colonias; teve a sinceridade e a franqueza de preferir poucos territórios bem aproveitados a bem da metrópole, bem administrados, provando ao mundo o poder civilizador do Portugal moderno — á posse de territórios vastos, mas quasi incultos, abertos ás correrias selvagens, sujeitos só nominalmente a Portugal, desacreditando o nome dos sucessores dos grandes portuguezes dos seculos XV e XVI».

⁶ No intuito de valorizar e promover a língua portuguesa no contexto das línguas europeias, defendeu Barbosa Leão a reforma da ortografia no sentido sónico, tendo escrito algumas obras teóricas sobre o assunto e pugnado pela sua divulgação pelo que passou a escrever segundo as regras da ortografia sónica nos vários jornais em que colaborava; deste facto deriva grande parte da popularidade que grangeou entre os seus contemporâneos. O próprio opúsculo *O Futuro de Portugal* foi publicado em escrita sónica.

⁷ «Diriji-me no Porto e em Lisboa aos jornais de que me pareceu que alcançaria a publicação. Mas fil-o de balde: no próprio *Jornal do Comércio* me foi negada. Pelo que tive de guardal-os. Mais tarde fis ainda uma nóva tentativa, sem tódavia ser mais felis; de módo que eces artigos ficarão condenados ao esquécimento, principalmente depois que decidi conservar-me para sempre estranho à politica. Com a qual me julguei incompatível, porque não coprendo senão a política feita no interece do país primeiro que tudo». Cf. *O Futuro de Portugal segundo o parecer do dr. José Barbosa Leão*, Porto, 1881, p. 3.

⁸ Estes artigos de primeira página datam de 11, 18 e 25 de Novembro e 2 e 13 de Dezembro de 1854. Sobre o primeiro destes artigos e seu autor veja-se MACEDO, Jorge Borges de — *A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII e o seu autor*, in Rebelo da Silva «História de Portugal nos séculos XVII e XVIII», vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, pp. 37-38. Saliente-se que em ocasiões anteriores tratou o jornal de temáticas peninsulares, fundamentalmente sob o prisma económico-administrativo; o desejo de um tratado de união das alfândegas está expresso na secção

referência directa à obra de D. Sinibaldo de Mas, tinham já sido dadas à estampa em 1852 e 1853 duas edições de *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez, e traduzida em lingua portuguesa por um philo-iberico*. Esta memória traduzida e prefaciada por Latino Coelho, o «philo-iberico» referido no subtítulo, é tradicionalmente apontada como a responsável pela intensa efervescência ideológico-literária que se instalou nos anos subsequentes sobre a questão ibérica⁹. O seu preço acessível e conteúdo polémico justificaram uma terceira edição em 1855, publicitada aliás nas páginas de *O Leiriense*¹⁰. Na «Advertência do Auctor» desta última edição em português, D. Sinibaldo faz uma revista pelos jornais e homens que se vinham manifestando a favor da união ibérica e cita inclusivamente algumas linhas do primeiro artigo desta série de Barbosa Leão, sem no entanto referir o nome do autor¹¹.

Também em 1855 *O Leiriense* apresentou ao seu público dois artigos sob o título *Estudos Políticos. O Município e a Sociedade*¹² da autoria de José Félix Henriques Nogueira, autor dos célebres *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, verdadeiro clássico da doutrina iberista num fundo republicano federalista, bem assim como pioneiro já que publicado em 1851.

«Exterior» do dia 12 de Agosto de 1854, e o longo artigo de D. António da Costa Sousa Macedo de 2 desse mês e ano, intitulado *A Peninsula e a Administração* é uma curiosa antecipação da problemática tratada por Barbosa Leão, exaltando as vantagens mútuas de uma união económica entre Portugal e Espanha, sem querer avançar demasiado em matéria de união política: «Não pensem que tratamos da Iberia. É uma questão que respeitamos, cujo estudo intendemos conveniente, mas pela qual passamos de largo. Entre o que por ventura a ordem dos acontecimentos trará d'aqui a anos, e o que a este respeito existe, á uma importantissima materia a que ligamos imensas esperanças, e cujo alcance poderá prever todo o espírito despreocupado. Não é a Iberia politica. É a Iberia administrativa e economica.»

⁹ Cf. SILVA, Inocencio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Imprensa Nacional, 1883, t. 9, pp. 35-48; t. 17, p. 394.

¹⁰ Em Julho e Agosto de 1855, pode ler-se na secção de anúncios de *O Leiriense*: «A Iberia escripta por D. Sinibaldo de Mas ex-enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S.M.C. na China. É um livro de 242 pag. em formato de 8.º francez, nitidamente impresso, passado pela prensa hydraulica, ornado com os retratos d'El-Rei D. Pedro V e da princeza das Asturias, e com mapas giographicos e istoricos. Vende-se por 200 rs. no escritorio d'esta imprensa». Em Outubro deste mesmo ano é também publicitada em *O Leiriense* a *Revista Peninsular*, célebre publicação bilingue de cultura, redigida pelos mais prestigiados intelectuais portugueses e espanhóis e promotora do mútuo conhecimento dos dois países.

¹¹ Cf. MAS, D. Sinibaldo de — *A Iberia. Memoria sobre a conveniencia da União Pacifica e Legal de Portugal e Hespanha*, Lisboa, Typographia do Progresso, 3.ª edição (corrigida), 1855, p. 27.

¹² Artigos publicados em 4 e 8 de Agosto de 1855.

Nestes artigos de *O Leiriense*, a desunião ibérica, ou seja, o total desconhecimento recíproco de dois povos culturalmente semelhantes que partilham uma natureza física sem qualquer fronteira natural a separá-los, é apresentada como o resultado de ódios e rivalidades criados por guerras antigas e por uma mais recente história de sujeição de Portugal à Inglaterra. Tal desunião repugnava aos princípios da razão e da religião, isto é, à «filosofia umanitaria» e aos «princípios do evangelho», segundo palavras do autor, que assim evocava o pressuposto iluminístico da fraternidade universal que, pelo menos e a curto prazo, se poderia parcialmente realizar como fraternidade peninsular¹³. Complementarmente, o conceito de progresso civilizacional tão caro à filosofia das luzes, obedece agora à herança romântica de ressonância providencialista: «Todos começam a convencer-se de que se Deus nos criou no mesmo paiz, foi para vivermos em íntima sociedade; se deu a cada uma das lualidades alguns diferentes produtos, foi para que reciprocamente os repartissemos; se nos colocou nos vales dos mesmos rios, foi para que juntamente os navegássemos. Que aja pois entre nós esse trato social, que permutemos uns com os outros os nossos produtos, que naveguemos em comum os rios e tranzitemos juntamente nas estradas, que promovamos reciprocamente o mutuo progresso e prosperidade, e a grandeza e o bem-estar de todos, eis a aspiração que se vai radicando nos dois reinos»¹⁴.

O éden peninsular assim descrito remete-nos de imediato para uma questão nuclear destes artigos e do pensamento iberista em geral, ou seja, a sua particular preocupação pelo progresso material o qual passava pela defesa de uma estratégia económico-política¹⁵. Avisa Barbosa Leão que «unido à Ispanha, Portugal pode ainda ocupar uma pozição importante na Europa e no mundo, e que separado como oje está, faz uma figura indigna do nome que possui»¹⁶.

¹³ Temática recorrente destes artigos, a fraternidade peninsular é apresentada sempre como inspirada nos ideais da religião: «Quando o principio do evangelho tende a realizar-se em toda a sua extensão e grandeza, começando todos os omens a considerar-se, e marchando a unir-se como irmãos: os povos da península iberica não podem persistir em viver como absolutamente estranhos.» Cf. *O Leiriense*, 11 Nov. 1854. E noutra passagem: «Em fim não comprehendemos, que os que sustentam que crêem, como ninguém entre nós, no evangelho, e fazem alarde do sentimento religioso, se deixem apaixonar a ponto de desprezar o principio de fraternidade universal escrito n'esse livro santo. (...) Se esse principio geral nos move ao amor para com todos, não pode deixar de nos arrastar aos laços de amizade com os ispanhóis que são nossos vizinhos, e mais que nenhuns, nossos irmãos.» Cf. *O Leiriense*, 13 Dez. 1854.

¹⁴ *A União Iberica*. «O Leiriense», 11 Nov. 1854, p. 1.

¹⁵ Cf. MASCARENHAS, Manuela — *A Questão Iberica*, Separata da «Bracara Augusta», t. 34, fasc. 78 (90), Jul.-Dez. 1980.

¹⁶ *A União Iberica*. «O Leiriense», 11 Nov. 1854, pp. 1-2.

Admite então duas vias para a consolidação dessa aliança: a exclusivamente económica e a económico-política. À semelhança de Latino Coelho¹⁷, acredita que a convivência económica conduziria, mais tarde ou mais cedo, a uma união mais íntima. Detém-se por isso longamente a ponderar, passo a passo, as vantagens para o comércio, a indústria e a agricultura nacionais, propõe um amplo e profundo programa de comunhão económica de inspiração livre-cambista, no qual sobressaem os princípios de união aduaneira, a uniformização da legislação comercial, o estabelecimento de uma pauta comum, uma única lei de navegação com equiparação das duas bandeiras, um tratado de propriedade literária e artística, e ainda a uniformização de pesos e medidas e do sistema monetário.

A velocidade e intensidade deste processo eram fundamentais; daí a aposta na tecnologia e comunicações, como a expansão dos caminhos de ferro, de vias de comunicação terrestre e fluvial, telégrafos eléctricos, convenções postais, etc.

Mas como dizia o autor, «o ponto capital n'este negocio é o tratado da união das alfândegas (...) que deve ser muito pensado, muito estudado, e muito discutido»¹⁸, visando numa fase mais adiantada da integração, a livre permuta dos produtos das artes mecânicas, das belas-artes e das ciências, bem como a livre circulação das pessoas.

Só no último desta série de cinco artigos, Barbosa Leão refere que esta união económica dos dois reinos «pode muito bem realizar-se, sem que se toque em coiza nenhuma na sua organização politica», precisando logo adiante que ela «pode operar-se sem que vá intender de modo nenhum com a independencia de qualquer dos paizes; e por tanto não têm que se sentir por isso nem os mais delicados sentimentos de nacionalidade portugueza ou ispanhola»¹⁹.

O autor adia propositamente a questão da união política justificando que «não é possível que dois paizes se reunam a bem, e com vantagens para ambos, n'uma só e unica comunidade, quando esses paizes se não conhecem, e quando mesmo á entre eles algumas aversões e rivalidades»²⁰. É com prudência e pragmatismo que Barbosa Leão protela o assunto, confessando que tal questão «não pode ter solução no presente, nem talvez n'um futuro muito proximo, e que não á necessidade, nem talvez conveniencia, de tratar agora»²¹.

¹⁷ Cf. MASCARENHAS, Manuela — *A Questão Ibérica...*, p. 12.

¹⁸ *A União Iberica*. «O Leiriense», 2 Dez. 1854, p. 2.

¹⁹ *Ibidem*, 13 Dez. 1854, p. 2.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

Esta preferência pelo silêncio em matéria de iberismo político, explica-a pela celeuma e controvérsia que tal temática vinha produzindo na imprensa, convertendo-se numa verdadeira arma política, fomentadora de aversão pública e geral pelos partidários e simpatizantes dessa ideia, quais «jacobinos» dos tempos modernos²².

Assim é no mínimo esquivia a formulação teórica que projecta para tal união, considerando inoportuno «questionar agora se a futura iberia, quando aja d'existir, deverá ser uma monarquia despotica, absoluta ou representativa, uma união federativa, ou uma republica unitaria; por que na ocazião em que isso ouvesse de ter lugar, aviam de ser as circunstancias da Europa, quem decidisse a formula politica que ela avia de tomar»²³.

Apesar da contenção do seu discurso, não deixa de comentar ironicamente a falsa questão da independência, «o blazonar da independencia dos portugueses», como lhe chama, lembrando que nos últimos cinquenta anos o país tinha andado «atrelado» à política das grandes nações europeias, e sofrido delas ofensas graves; este desabafo é aliás transcrito por Fernandez de los Rios, na sua obra *Mi mision en Portugal*, publicada em 1877²⁴.

Em resposta a uma crítica do periódico legitimista *A Nação* que o acusava de defender uma união geradora de submissão, Barbosa Leão reitera a impossibilidade prática de fusão e apresenta dois exemplos concretos: a monarquia dualista da Suécia e Noruega que sob a mesma coroa mantinham governos e nacionalidades distintos, e o Zollverein que não tinha afectado as várias nacionalidades germânicas envolvidas²⁵.

²² «Com efeito, quem pensar no caminho que vai tomando na imprensa a discussão sobre a união ibérica pelo lado politico, tem de convencer-se de que á quem quer exploral-a como arma de partido, motivo por que se quer obrigar todo o mundo a pronunciar-se, — e de que se deseja excitar os odios internacionais, a fim de se levar as coizas ao ponto de se poder chamar a animadversão publica sobre um partido ou sobre um individuo, dizendo — «é ispanhol» — como em outro tempo se dizia — «mata que é jacobino». Cf. *ibidem*.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Cf. FERNANDEZ de los RIOS, Angel — *Mi mision en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris-Lisboa, E. Belhatte-Bertrand, s.d., p. 201, nota 3.

²⁵ Esta *Explicação* data de 20 de Dezembro de 1854. Todavia não eram invulgares críticas deste teor, como o prova a jocosa *Carta do Padre Serapião d'Algures, ao Redactor do Jornal O Porto e a Carta*, publicada no n.º 189 desse jornal (9 Dez. 1854), escrita por um colaborador habitual que pretende condenar o artigo *A União Iberica* às chamas, e o seu autor como réu de crime de inconfidência, admitindo custar-lhe «crer que o artigo do *Leiriense* fosse escripto por um portuguez». A réplica de Barbosa Leão não deixa de acusar a violência da ironia das palavras de Serapião d'Algures, já que não só está assinada, como contém a justificação de tal não ter

É na sua postura assumida de «bom portuguez» e simultaneamente «conscienciozo e ardente partidario da união economica da Peninsula»²⁶, este pensador vai desenhando um percurso assinalável na imprensa portuguesa de que são marcos importantes o *Jornal do Porto* e o *Jornal de Lisboa* dos quais foi fundador, respectivamente em Março de 1859 e Julho de 1864.

É novamente sob o título *A União Ibérica*²⁷ que no *Jornal do Porto* sai um artigo seu, desta feita respondendo ao pedido que Xisto Camara lhe havia dirigido para emitir opinião relativa à sua obra com aquele nome, a qual acabava de ser publicada precedida de um prólogo escrito por Latino Coelho.

Facilmente se reconhece aqui o autor dos artigos do *Leiriense*: se abraça a união económica considerando-a não uma utopia mas, bem pelo contrário, «uma consequencia necessaria do movimento irrezistivel que impelle a Europa e o mundo todo»²⁸, no tocante à união política não se coíbe de dizer que ela é, «e será ainda, quem sabe até quando, impossivel. Pode ser o sonho doirado de alguns, ideia realizavel para muitos, mas repugnará largos anos ao grande numero»²⁹.

Opinando que tal assunto não é «questão para a geração presente», novamente prefere não publicitar muito a ideia, considerando cautelosamente que tal «é provocar susceptibilidades que desvairão a opinião inutilmente (...) e ainda peor, de um grande mal, porque vai prejudicar a realização da união economica, por isso que nem todos separarão convenientemente uma ideia da outra, e votarão contra a ideia pratica e realizavel por odio à ideia theorica, e, na actualidade, utopistica»³⁰.

Fosse a que nível fosse, a união implicava conhecimento e pelo conhecimento dos dois povos e dos dois países, pugnou o Dr. Barbosa Leão através do magno veículo de informação que era a imprensa. As correspondências de Madrid eram habituais no *Jornal do Porto* e, no *Jornal de Lisboa*, não só era muito longa como pormenorizada a secção diária *Revista de Hespanha*. Este periódico incluía ainda na sua secção *Sciencias e Letras* uma *Revista Peninsular de Critica Bibliographica*

acontecido com os seus artigos: «Sou o autor dos artigos respectivos, que deixei d'assinar, não porque tivesse duvida em me apresentar como possuido das ideias que ali se emitem, mas porque como redactor no *Leiriense* adotei o sistema de não assinar os meus artigos». Cf. *O Leiriense*, 30 Dez. 1854, p. 4.

²⁶ Cf. *A União Iberica. Correspondencia dirigida ao respectivo jornal do Porto.*

«*O Leiriense*», 30 Dez. 1854, p. 4.

²⁷ *A União Iberica.* «*Jornal do Porto*», n.º 71, 31 de Maio 1859, p. 1.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ *Ibidem.*

vocacionada para a divulgação de obras portuguesas e espanholas que visavam as áreas científica, literária e artística. Salvo algumas exceções, este comportamento não era comum na imprensa nacional, que sabia tratar-se de um tema delicado, uma assombração para as consciências amantes da independência pátria, propensas a presentir intenções subterrâneas nas referências à Espanha e seus valores.

Ciente desta mentalidade e fiel ao seu princípio de distinção clara entre união económica e união económico-política, Barbosa Leão faz incluir numa folha avulsa, espécie de carta aberta ao assinante que redige em nome da empresa, uma declaração de intenções do jornal no tocante a essa matéria. Aí escreve: «É possível que o Jornal de Lisboa tenha desagradado a alguém, porque trata regularmente das coisas de Hespanha. Ora quem vê em tudo a idéa da união iberica com a perda da nossa nacionalidade, não ha de gostar de que fallemos das coisas de Hespanha, assim como não gostará de que se apertem as nossas relações com o reino visinho pelos telegraphos electricos e pelos caminhos de ferro. (...) É claro que a secção de noticias de Hespanha que o Jornal de Lisboa publica diariamente, constitue um serviço feito ao nosso paiz. Alem de que esse trabalho não respirou até hoje, nem respirará jamais a idéa de união iberica politica, porque não professamos essa idéa, e unicamente propugnamos pela harmonia dos interesses economicos dos dois paizes, da qual é o nosso que tem que tirar mais vantagens. Do mesmo modo porém, que n'este ponto o jornal desagrada talvez aos homens de idéas exageradas, estamos certos de que agradará aos homens de razão, que vêem as coisas como ellas são, e que, conhecendo que o Porto e Lisboa hão de ser em breve os portos da Hespanha no Atlântico, e que ha de ser por elles que ella se communicará, até com as suas actuaes colonias, conhecerão igualmente a vantagem que ha em tratarmos de conhecer bem as coisas do reino visinho»³¹.

E depois deste périplo, eis-nos regressados aos quatro artigos que compõem *O Futuro de Portugal*, escritos em Outubro de 1878 mas publicados três anos depois, os quais constituem, como atrás se disse, o testamento político do autor, o acrisolamento e dilucidação da sua doutrina iberista, propalada ao longo de quase três décadas³².

Da análise deste escrito ressalta a constatação de que não há qualquer retraimento das teses anteriormente formuladas, antes sim a sua

³¹ Folha avulsa do *Jornal de Lisboa*, Lisboa, Tip. Universal, Rua dos Calafates - 110, 15 Set. 1864.

³² Além dos quatro artigos mencionados, uma pequena introdução explicativa da publicação no início, e uma comunicação de teor anti-britânico dirigida ao *Penafidense* no final, preenchem as dezasseis páginas deste opúsculo.

ponderação face a factores epocais e vivenciais diversos, equacionados numa perspectiva quase memorialística. Paralelamente, a amplitude da sua hesitação relativamente à união política com Espanha reduz-se significativamente.

No primeiro artigo, o autor preocupa-se em dar uma «explicação ao publico» sobre duas acusações de que dizia ter sido alvo frequente: a de iberista e a de republicano. Invocando os princípios norteadores de liberdade, igualdade e fraternidade, aprendidos na doutrina cristã e depois confirmados pela filosofia, confessa-se desde mancebo «republicano em teoria» mas declara prontamente nunca ter escrito uma linha com o fim de concorrer para o estabelecimento da república em Portugal. Descrente da viabilidade daquele regime no contexto nacional, diz ter-se «limitado a querer para o noço paiz o sistema monarquico representativo verdadeiro; a monarquia à belga, por exemplo»³³.

Quanto à acusação de iberismo, a resposta de Barbosa Leão consiste fundamentalmente numa retoma das premissas apresentadas no Leiriense, se bem se confesse «iberista em teoria» desde moço, ao constatar, à luz da razão e da religião, que qualquer fronteira política na Península era «artificial e de pura convenção»³⁴.

É nestes moldes que o autor se assume iberista, mas crente que esse «iberismo era prova de patriotismo», ou seja, prova de amor ao seu povo e à sua terra, «primeiro que ao resto do mundo»³⁵.

No segundo artigo aproveita para explicar o seu iberismo de 69, a sua exultação perante a possibilidade de D. Fernando, aceitando a coroa que os espanhóis lhe ofereciam, abrir caminho a uma monarquia dualista peninsular que deveria ser, segundo as suas palavras, «somente como a da Suecia e Noruega: as duas nações ficão independentes e autónomas, unidas simplesmente pelo laço do monarca, que as representará ambas perante o mundo»³⁶.

Os artigos terceiro e quarto ensaiam uma análise do futuro de Portugal dominado pela eventualidade de uma anexação por Espanha³⁷, a qual encara como inevitável mas de efeitos minimizáveis.

³³ LEÃO, José Barbosa — *O Futuro de Portugal segundo o parecer do Dr. José Barbosa Leão*, Porto, 1881, p. 5.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*, p. 6.

³⁶ *Ibidem*, p. 8. Neste artigo Barbosa Leão invocava ainda o conhecimento adquirido ao longo de vinte anos de viagens e permanência pela Europa, África e Ásia, experiências nas quais radica a sua postura filosófico-política.

³⁷ Para corroborar esta sua tese, inclui excertos de um artigo de Guerra Junqueiro, publicado no *Comércio Português* de 5 de Maio de 1878. Cf. *O Futuro de Portugal...*, p. 9.

Inferre a inevitabilidade de tal ocorrência a partir da ponderação de uma série de factores de ordem interna e externa, entre os quais destaca os seguintes:

— O império colonial que tinha sido o garante da independência portuguesa face às tentativas hegemónicas da Espanha nos alvares da idade moderna, era agora o «mais atrasado e abandonado», consumindo improdutivamente somas fabulosas³⁸.

— A metrópole via-se a braços com o deficit anual e o crescimento da dívida pública, para além do descontrole dos poderes públicos.

— A Europa patenteava uma história recente de anexações, pontificando os casos da Alemanha e Itália.

— A aliança inglesa tinha largamente provado a sua ineficácia.

— A união ibérica apresentava-se a Afonso XII como um meio seguro de consolidar o seu reinado.

— A superioridade bélica espanhola era notória³⁹, bem como a sua habilidade diplomática.

Barbosa Leão adverte então que uma união imposta significaria a ruína e dissolução de Portugal como nação e o desmembramento do seu império ultramarino mas, e toda a medalha tem seu reverso, o caminho da união voluntária apresentava possibilidades totalmente diversas, numa solução honrosa e vantajosa para os dois lados. Essa solução que na óptica do autor representaria a vida, grandeza e fraternidade das duas nações, poderia assumir duas formas: a confederação política ou a monarquia dualista.

Ora como vimos, sobre este último regime sempre o autor exprimira a sua opinião positiva, corroborada agora pelo exemplo do dualismo austro-hungaro. Defendia que a monarquia peninsular se poderia consolidar sob a dinastia bourbónica à falta da de Bragança, poderia até ser resolvida por um casamento mas, acrescenta inovadoramente: «se ambas as monarquias caírem, tínhamos o meio da confederação republicana. Os reis e as dinastias mórrem; os povos ficão»⁴⁰.

É assim que Barbosa Leão aponta, pela primeira vez, a confederação como solução para o seu sonho iberista, ressaltando que sob esse modelo «cada nação conservava inteira a independência e à autonomia no seu

³⁸ *O Futuro de Portugal...*, pp. 7 e 8.

³⁹ O autor sublinha este aspecto de superioridade e disponibilidade militar de Espanha, citando passagens de um artigo da autoria do oficial do exército J. E. de Moraes Sarmiento e publicado no *Diário de Notícias*. Cf. *O Futuro de Portugal...*, p. 10.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 12.

governo interno; e avia um governo central, que servia de laço entre elas e que as representava perante o mundo»⁴¹.

Em vista do exposto verifica-se que o debate ideológico quase maniqueísta, monarquia versus república, tão aceso nos finais da centúria de oitocentos, dilui-se neste opúsculo, cedendo a primazia ao proselitismo em favor da união ibérica, única fórmula salvadora já que só ela evitaria ver-se «Portugal obedecendo ao Leão Ispanhol, e os seus domínios ultramarinos saciando a voracidade do Leopardo Britânico»⁴².

Apesar da tibieza e indefinição do seu discurso em matéria de opção de regime, ou talvez por causa disso, Barbosa Leão não deixa de ser aproveitado segundo os interesses de facções. Assim, por exemplo, Rafael Ribeiro na sua obra *O Iberismo dos Monárquicos* pretende ver, com base no mesmo texto, o compromisso preferencial do autor com o regime monárquico⁴³. Por sua vez, Gonzalo de Reparaz⁴⁴ nas suas *Cartas de Madrid*, correspondência que mantinha no diário republicano *A Folha Nova*, iniciado neste mesmo ano de 1881, saúda o recém-publicado folheto do Dr. Barbosa Leão, dizendo que aí o autor expunha «as suas ideias sem o menor rebuço»⁴⁵.

Todavia parece-nos lícito afirmar que o leit-motiv do discurso deste prosélito da união ibérica é a salvaguarda da identidade nacional, daí a ausência de qualquer referência a soluções unitaristas nos vários textos compulsados. Por outro lado, ao eleger como igualmente aceitáveis a via dualista monárquica e a federalista republicana, não ressalta as diversas aspirações autonomistas peninsulares que o pensamento federalista português privilegiara, numa linha teorizada desde Henriques Nogueira a Magalhães Lima⁴⁶, sendo sua preocupação exclusiva a situação e futuro de Portugal.

Os testemunhos de diferentes personalidades, recolhidos e compilados pelo Padre Manuel Barbosa Leão no primeiro aniversário da morte do seu irmão, convergem no sentido de apresentar o autor como um defensor

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*, p. 16.

⁴³ Cf. RIBEIRO, Rafael — *O Iberismo dos Monárquicos*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, s.d., pp. 108-111.

⁴⁴ Gonzalo de Reparaz nasceu no Porto, em 1860, (Antonio de Reparaz, seu pai, dirigia a orquestra do teatro São João nessa cidade), tendo encetado muito jovem uma profícua carreira jornalística quer em Portugal, quer em Espanha. Na sua juventude foi, por exemplo, redactor do *Jornal de Viagens*, dirigido por Emídio de Oliveira.

⁴⁵ *Cartas de Madrid*. «A Folha Nova», Porto, n.º 137, 4 Nov. 1881.

⁴⁶ Cf. LIMA, Artur de Magalhães — *La Fédération Ibérique*, Paris, Gautherin & C.ie, s.d.

estrénuo da pátria e seus valores, verdadeiramente empenhado na moralização do poder e da gestão das coisas públicas⁴⁷. Contrastando com a frequência de louvores ao seu patriotismo, encontramos uma única referência à sua propensão iberista e mesmo esta matizada por aquela. Enfatizando a postura ideológica de Barbosa Leão alheia ao unitarismo absorcionista, o conde de Samodães afirma: «Esta generosa aspiração patriótica oferece um contraste com a acusação de iberismo, que sempre lhe fizeram. Era elle com effeito propenso para uma união mais intima com a Hespanha, cuja política internacional deveria ser analogá á portugueza, mas nunca elle adoptára a opinião de que fosse vantajosa a absorpção da nacionalidade portugueza na hespanhola»⁴⁸.

As palavras finais do opúsculo indiciam aliás a dimensão nacionalista e patriótica sempre presente na expectativa ibérica do autor: «Sou partidário apaixonado da confederação ou dualismo — único meio de salvar a nacionalidade portugueza. (...) Diz-me a razão e a reflexão que oje só acim serei bom portuguez»⁴⁹.

Em suma, o iberismo reclamando aquilo que os seus detractores lhe negavam — nacionalismo e patriotismo; indubitavelmente, uma polémica crucial da história das ideias da centúria de oitocentos.

⁴⁷ Cf. LEÃO, Manoel Barbosa — *Cartas e Publicações relativas ao fallecido Dr. José Barbosa Leão que, em memória do seu saudoso irmão mandou imprimir Manoel Barbosa Leão Bacharel formado em Theologia, e Thesoureiro-Mór da Insigne Collegiada de S. Martinho de Cedofeita*, Porto, Imprensa Comercial, 1888.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 77.

⁴⁹ LEÃO, José Barbosa — *O Futuro de Portugal...*, p. 12.

